

REGULAMENTO
ACEITAÇÃO E CONFIRMAÇÃO DE “ESPECIALISTA DE RECONHECIDA EXPERIÊNCIA E COMPETÊNCIA
PROFISSIONAL”

(NOS TERMOS DO DECRETO-LEI 115/2013 DE 7 DE AGOSTO)

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1. O presente Regulamento tem por objeto regular o procedimento de aceitação e confirmação de “especialista de reconhecida experiência e competência profissional” no ISDOM, Instituto Superior D. Dinis, nos termos da alínea g) do artigo 3.º do Decreto-Lei 115/2013 de 7 de agosto.
2. O presente Regulamento é aplicável a todos os pedidos deduzidos perante o órgão legal e estatutariamente competente da instituição, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-lei n.º 115/2013, de 7 de agosto que republica o Decreto-Lei 74/2006 de 24 de março.

Artigo 2.º

Fontes

O procedimento administrativo de confirmação e aceitação de “especialista de reconhecida experiência e competência profissional” no Instituto Superior D. Dinis, rege-se pela lei, por este Regulamento e pelas normas legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao enquanto estabelecimento de ensino superior.

Artigo 3.º

Especialista de reconhecida experiência e competência profissional

1. Nos termos da alínea g) do artigo 3.º do Decreto-Lei 115/2013 de 7 de agosto é “especialista de reconhecida experiência e competência profissional”, aquele que exerce ou tenha exercido profissão na área em que leciona ou se propõe lecionar e que satisfaça uma das seguintes condições:
 - a) Ser detentor do título de especialista conferido nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 2006/2009 de 31 de agosto;
 - b) Ser detentor de um grau académico e possuir, no mínimo, 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco nos últimos 10, e um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado e aceite pelo órgão científico ou técnico-científico do estabelecimento de ensino superior;
 - c) Ser considerado como tal pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior no âmbito do processo de acreditação de ciclos de estudos, mesmo não cumprindo todos os requisitos definidos nas alíneas anteriores.
2. Para efeitos do previsto na alínea b) do número anterior, o Conselho

Técnico-Científico do Instituto Superior Dom Dinis, pode confirmar e aceitar como “especialista de reconhecida experiência e competência profissional” nas áreas em que ministra formação, os candidatos, docentes do Instituto Superior D. Dinis, que o requeiram, nos termos e condições definidas na Lei e no presente Regulamento.

Artigo 4.º

Apreciação e confirmação de currículo profissional

1. A apreciação e confirmação do currículo profissional de qualidade e relevância, consiste na apreciação do currículo profissional do candidato, por comissão nomeada para o efeito pelo Diretor do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis, que elabora parecer a apresentar ao Conselho Técnico-Científico para decisão.
2. Podem requerer a apreciação e confirmação prevista no ponto anterior os docentes do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis, que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:
 - a) Ser detentor de um grau académico e possuir, no mínimo, 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco nos últimos 10;
 - b) Possuir um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas.

Artigo 5.º

Área para apreciação e confirmação de “Especialista de reconhecida experiência e competência profissional”

A aceitação e confirmação de “especialista de reconhecida experiência e competência profissional” pode ser requerida numa das áreas definidas na Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação previstas na Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, desde que corresponda a uma área de formação ministrada no ISDOM, Instituto Superior D. Dinis.

Artigo 6.º

Instrução do Pedido

1. Os candidatos à aceitação e confirmação como “especialista de reconhecida experiência e competência profissional” devem apresentar um requerimento nesse sentido, de acordo com o modelo constante no Anexo I ao presente regulamento, dirigido ao *Diretor do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis*.
2. O requerimento referido no artigo anterior deve indicar a área em que o requerente pretende ver-lhe aceite e confirmada a experiência e competência profissional e ser acompanhado de um exemplar dos seguintes elementos:
 - a) Currículo, (*modelo europeu ou modelo DeGÓIS*) com indicação do percurso profissional, das obras e dos trabalhos efetuados e, quando seja o caso, das atividades científicas, tecnológicas e pedagógicas desenvolvidas;
 - b) Obras mencionadas no currículo que o candidato considere relevante apresentar.

3. Dos elementos a que se referem as alíneas a) e b) do número anterior é ainda entregue um exemplar em formato digital .
4. O requerimento é indeferido liminarmente, por despacho do Diretor do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis, sempre que o candidato não satisfaça a condição a que se refere a alínea a), do n.º 2 do artigo 4.º .
5. A decisão final a que se refere o número anterior está condicionada a audiência prévia do interessado, aplicando-se para o efeito o previsto na Lei e neste Regulamento.

Artigo 7.º

Comissão para apreciação do currículo

1. A comissão para apreciação do currículo é constituída:
 - a) Pelo Diretor do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis, que preside;
 - b) Por três vogais.
2. Para efeitos da alínea b) do número anterior:
 - a) Um vogal deve exercer a profissão na área para a qual é requerida a aceitação e confirmação como especialista e ser individualidade de reconhecido mérito nessa área;
 - b) Dois vogais devem ser professores, investigadores ou especialistas de reconhecido mérito, nacionais ou estrangeiros, docentes em áreas do conhecimento relevantes para o exercício na área para que é requerida a aceitação e confirmação como “especialista de reconhecida experiência e competência profissional”.
3. Os vogais são nomeados pelo Diretor do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis,
4. A comissão é nomeada pelo Diretor do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis, nos 10 dias úteis subsequentes à receção do requerimento.
5. Do despacho de nomeação da comissão é, no prazo máximo de cinco dias úteis, notificado o candidato e os respetivos membros da comissão, neste caso acompanhado de cópia dos documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 6º, a qual pode ser em formato digital.

Artigo 8.º

Funcionamento da Comissão

1. A comissão delibera através de votação nominal fundamentada sob a proposta de decisão a submeter ao Conselho Técnico-Científico, não sendo permitidas abstenções.
2. A comissão só pode deliberar quando estiverem presentes e puderem votar pelo menos dois dos seus vogais.
3. Na reunião da comissão para deliberar sobre o resultado final a propor ao Conselho Técnico-Científico, só votam os membros que tenham estado presentes em todas as sessões.
4. O Presidente da comissão pode delegar a sua competência e só vota:

- a) Quando seja professor em áreas do conhecimento relevantes para o exercício na área profissional em que requerida a aceitação e confirmação, caso em que tem voto de qualidade;

ou

- b) Em caso de empate.

5. Das reuniões da comissão são lavradas atas.

6. Integram a Ata todos os documentos a ela anexos na pendência da respetiva reunião.

7. As Atas são lavradas e submetidas à votação de todos os membros da comissão, no final da respetiva reunião, sendo assinadas, após a aprovação, por todos os elementos.

Artigo 9.º

Apreciação do currículo do candidato

1. A apreciação do currículo do candidato consiste na análise, por parte da comissão, dos requerimentos que não forem indeferidos nos termos do n.º 4, do artigo 6.º, do presente Regulamento, e tem por objeto verificar:

- a) Se o candidato satisfaz as restantes condições previstas na Lei e neste Regulamento;

2. A apreciação é realizada pela comissão no prazo de 10 dias úteis após a sua nomeação.

Artigo 10.º

Parecer final da comissão

1. Antes de emitir o parecer final, a comissão pode decidir pela audiência ao candidato de modo a discutir e esclarecer aspetos relacionados com o currículo apresentado.

2. Concluída a análise do currículo e demais elementos apresentados, a comissão procede à elaboração de um relatório circunstanciado onde apresenta o seu parecer sobre a aceitação, ou não, de “especialista de reconhecida experiência e competência profissional”, a apresentar ao Conselho Técnico-Científico para decisão.

3. O parecer final da comissão é comunicado, pelo Diretor do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis, ao *Conselho Técnico-Científico* a quem compete, nos termos da Lei, a decisão final.

Artigo 11.º

Decisão do Conselho Técnico-Científico

1. O parecer da comissão de análise não é vinculativo, competindo ao *Conselho Técnico-Científico* do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis a decisão final sobre a aceitação, ou não, de “especialista de reconhecida experiência e competência profissional”, nos termos da Lei.

2. A decisão do Conselho Técnico-Científico é comunicado ao candidato até 5 dias úteis após a deliberação final deste.

Artigo 12.º

Depósito legal

1. Os elementos referentes ao processo instruído nos termos deste Regulamento devem ser objeto da constituição de um dossier próprio a constar no processo do docente.
2. O depósito a que se refere o número anterior é da responsabilidade do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis .

Artigo 13.º

Interpretação e integração de lacunas

Compete ao Diretor do ISDOM interpretar o presente Regulamento e resolver as eventuais lacunas, de acordo com a Lei e os Regulamentos em vigor no ISDOM, Instituto Superior D. Dinis.

Artigo 14.º

Alterações

1. O presente Regulamento pode ser alterado pelo Conselho Técnico-Científico, sob proposta do Diretor do ISDOM, Instituto Superior Dom Dinis,.
2. O Regulamento, com as alterações inscritas no lugar próprio, é objeto de nova publicação.

Artigo 15.º

Entrada em vigor e publicação

1. O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.
2. O Regulamento será publicitado no sítio da internet do ISDOM, Instituto Superior D. Dinis.

Aprovado em Conselho Técnico-Científico em 17/10/2013

A Presidente do Conselho Técnico-Científico

